

Conselho Pedagógico

Ata nº 51

Aos dias vinte e um do mês de abril de dois mil e vinte, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, via plataforma Colibri/Zoom (<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/564623714>), às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Branding e Content Marketing*
3. Regulamento de Transição da Pós-Graduação em *Branding e Content Marketing*
4. Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais
5. Calendário Escolar Ano Letivo 2020-21
6. Orientações para o ensino à distância e avaliação das UC
7. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Carlota Real; Ana Francisca Jones; Ana Raposo; Ana Varela; Beatriz Carvalho; Carlos Andrade; Carolina Bártole; Fernanda Bonacho; Filipa Silva; Filipa Subtil; Gonçalo Martins; Guilherme Carvalho; Helena Pina; João Farmhouse; Madalena Costa; Maria Constança Castanheira; Maria João Centeno; Mariana Esteves; Paula Nobre; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia; Vanda Sousa e Zélia Santos.

Não esteve presente: Sérgio Lopes, que não justificou a sua ausência.

Ponto 1

Informações

A Presidente começou por referir que dada a suspensão das atividades letivas presenciais a partir do dia 13 de março, o conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues e as colegas Joana Souza e Adriana Cardoso da ESELx criaram tutoriais *online* sobre a plataforma Colibri, disponíveis para toda a comunidade do Politécnico de Lisboa, e os dois colegas da ESCS dinamizaram um *webinar*, que em muito contribuiu para que rapidamente todas as UC estivessem a funcionar

com a maior normalidade possível. Aos três, a Presidente, em nome do Conselho e da ESCS, manifestou o seu agradecimento.

Informou que os questionários relativos ao funcionamento das UC de primeiro semestre das licenciaturas, mestrados e pós-graduações continuam disponíveis até ao final de abril e apelou aos representantes do corpo discente para que incentivem os colegas a preencher e assim participar neste procedimento de auscultação.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, na qualidade de membro do Conselho Executivo da Qualidade, referiu que a taxa de resposta é ainda baixa. Na última consulta possível ao portal, nas pós-graduações, apenas 3 alunos de PGBCM tinham respondido, 0 alunos de *Storytelling* e ICC; nos mestrados, 11 alunos de AM, 4 de GERP, 9 de Jornalismo e 8 de PM; nas licenciaturas, as taxas de resposta variam entre 12 a 25%. A conselheira reforçou a necessidade de incentivarem os colegas a participar através do preenchimento do questionário.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que vários colegas se queixaram de terem preenchido o questionário e não conseguirem submetê-lo.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que têm existido problemas no portal.

Ponto 2

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing*

A Presidente apresentou a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* (anexo 1).

Não havendo questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 3

Regulamento de Transição da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing*

A Presidente apresentou a proposta de Regulamento de Transição da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* (anexo 2).

Não havendo questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Regulamento de Transição da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* que foi aprovada por unanimidade

Ponto 4

Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais

A Presidente informou o Conselho que tinha convidado o professor José Cavaleiro Rodrigues para apresentar a proposta de alteração à Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais. O professor José Cavaleiro Rodrigues apresentou a proposta de alteração da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais (anexo 3), afirmando que o objetivo desta proposta foi o de alinhar a PGICC com as todas as outras oferecidas pela ESCS, daí que a estrutura curricular passe de dois períodos de dez semanas para dois semestres. De 10 UC, em que algumas tinham 30h de contacto, passa-se para 8 UC, todas com 30h de contacto, o que dá um total de 240h. De 30 ECTS passa-se para 40 ECTS, em que uma unidade curricular foi retirada e outras duas foram integradas numa só.

Não havendo questões, a Presidente propôs que o Conselho se pronunciasse favoravelmente à proposta de alteração da Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais; a proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

A Presidente agradeceu a presença do Professor José Cavaleiro Rodrigues que entretanto saiu da reunião.

Ponto 5

Calendário Escolar Ano Letivo 2020-21

A Presidente apresentou uma proposta de Calendário Escolar para o ano letivo 2020-21 (anexo 4), explicitando que é uma proposta conjunta da direção da ESCS e da Presidente do conselho, atendendo à nota relativa ao Concurso Nacional de Acesso 2020, remetida pela Direção-Geral do Ensino Superior e em que a calendarização prevista para a matrícula e a inscrição nas instituições de ensino superior dos candidatos colocados na 1.ª fase do concurso nacional é entre 28 de setembro e 2 de outubro, daí a data proposta para o arranque do ano letivo 2020-21 ser 6 de outubro.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que a proposta poderia contemplar calendários desfasados entre o primeiro ano e os restantes. No entanto, mesmo que isso acontecesse, não vê grande vantagem nessa possibilidade.

A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, considera que não se deve dissociar o calendário escolar das condições como vai ser possível trabalhar no próximo ano letivo. Acrescentou que existe um conjunto de estratégias que pode passar por pensar o funcionamento do próximo ano letivo semana a semana, por exemplo: para acautelar a aglomeração de pessoas, uma possibilidade é as UC

funcionarem em módulos intensivos; em vez das UC funcionarem em simultâneo, funcionam menos de cada vez, por exemplo três em vez de seis e umas a seguir às outras.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que o facto de as aulas começarem na semana a seguir às matrículas pode pôr em causa a assiduidade nessa primeira semana por parte dos alunos inscritos na ESCS pela primeira vez porque é normalmente nessa semana que procuram alojamento, isto no caso dos alunos deslocados.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que o desfasamento entre os primeiros anos e os restantes, neste cenário de incerteza, só introduz mais variáveis que podem tornar ainda mais difícil conjugar tudo.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que este calendário é desfavorável aos alunos dos 3º anos das licenciaturas porque vão terminar mais tarde e terão maior dificuldade em se candidatarem a formações de 2º ciclo.

Não havendo mais questões, a Presidente propôs que o Conselho se pronunciasse favoravelmente à proposta de Calendário Escolar para o ano letivo 2020-21; a proposta foi colocada a votação e aprovada por maioria com uma abstenção.

Ponto 6

Orientações para o ensino à distância e avaliação das UC

A Presidente apresentou uma proposta de Orientações para o ensino à distância e avaliação das UC (anexo 5).

Não havendo questões, a Presidente colocou a votação a proposta de Orientações para o ensino à distância e avaliação das UC que foi aprovada por maioria com uma abstenção e vai ser enviada à direção da escola.

Ponto 7

Assuntos supervenientes

A Presidente apresentou a seguinte recomendação, atendendo às preocupações manifestadas pelos coordenadores de curso à direção da escola relativas ao funcionamento do restante período letivo:

"O Conselho Pedagógico recomenda que as atividades letivas continuem a ser asseguradas à distância até ao fim do período letivo, ou seja, até ao dia 5 de junho. As unidades curriculares que requeiram para a consecução dos objetivos de aprendizagem um contexto laboratorial poderão, nas últimas semanas do período letivo, desenvolver atividades letivas presenciais, desde que os responsáveis por essas UC em conjunto com os coordenadores de curso e a direção assim o providenciem. A escola deve, para tal, assegurar todas as medidas que garantam o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde competentes e as normas técnicas em vigor, nomeadamente a nível sanitário e de higiene, garantindo sempre condições de distanciamento social e assegurando a utilização por todos de equipamentos de proteção individual, designadamente máscaras de uso geral".

A conselheira Madalena Costa, representante do corpo discente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que não sendo os transportes públicos seguros, vê com desagrado a possibilidade de se recomendar excecionalmente aulas presenciais em algumas UC.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que têm sido adotadas exceções desde o início deste período de suspensão das atividades letivas presenciais para ajudar alunos que assim o tenham requerido.

A conselheira Maria Constança Castanheira, representante do corpo discente do curso de mestrado em Jornalismo, referiu que nenhum dos colegas está a pensar voltar à ESCS este ano letivo.

O conselheiro Carlos Andrade, representante do corpo docente do curso de mestrado em Jornalismo, questionou a recomendação ao admitir a possibilidade de exceções, e tomando como exemplo a UC de que é responsável, Ateliê de Jornalismo Radiofónico, e em que normalmente estão em estúdio 25 alunos, as condições do espaço não consentem a modalidade presencial.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que é contra a recomendação proposta porque considera que o que é exceção, ou melhor, o que é imprescindível, neste momento, é a saúde e a vida. Depois de todo o investimento desenvolvido por todos os colegas e alunos nas últimas semanas, considera que voltar às aulas presenciais seria violento, desnecessário e injusto para todos. Referiu ainda que é demasiada responsabilidade para o coordenador de curso ter de decidir se as UC vão funcionar em regime presencial. Já que a direção, e, em particular, este conselho - com o seu papel pedagógico, têm responsabilidades decisórias, considera que a prioridade é pensar o que é, de facto, prioritário agora, não esquecendo que as pessoas não estão paradas, estamos todos a trabalhar para cumprir os objetivos e de uma forma que pensávamos ser até ao final do ano letivo.

O conselheiro Gonçalo Martins, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que, apesar de considerar a necessidade de aulas presenciais, pode estar a ser gerada uma situação de desigualdade entre os alunos que conseguem deslocar-se  escola e os que não conseguirão fazê-lo, já que estão longe e não têm alojamento em Lisboa. Questionou o conselho se estarão a ser pensadas soluções para estes casos.

A Presidente referiu que a existir esse tipo de situações, cada aluno deve contactar o docente responsável pela UC que com certeza arranjar uma solução.

O conselheiro João Farmhouse, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multim dia, considera necessário haver aulas presenciais em algumas UC nas últimas semanas do período letivo, no entanto e atendendo à possibilidade de os serviços da escola reabrirem durante o mês de maio, gostaria de saber se   possível os alunos deslocarem-se  ESCS para poderem finalizar um trabalho.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representando do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multim dia, partilhou a experiência de como tudo tem estado a funcionar até este momento e que passa por: um aluno entra em contato com a coordenação de curso, por sua vez, o coordenador de curso referencia esse aluno  direção, o aluno envia um email  direção com a informação do dia e hora em que pretende deslocar-se  escola e são preparadas as condições para o aluno aceder a um Laboratório Multim dia. Esta situação extraordinária só tem estado disponível para as salas de Laboratório Multim dia. Todos os alunos que contactaram a coordenação de curso ou foram referenciados por professores receberam estas instruções.

A conselheira Maria Constança Castanheira, representante do corpo discente do curso de mestrado em Jornalismo, referiu que as notas da UC lecionada pelo Professor Mário Mesquita no 1  semestre ainda não foram lançadas.

O conselheiro Carlos Andrade, representante do corpo docente do curso de mestrado em Jornalismo, comprometeu-se a falar com a coordenadora do curso e o Professor Mário Mesquita.

A conselheira Ana Varela, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multim dia, não considera aconselhável o regime de excecionalidade proposto na recomendação para não se criarem discrepâncias entre as UC e os alunos. Considera imprescindível que se previna o regresso em outubro. Seria importante conseguirmos, com tempo, prever, a nível de espaços da escola, como é que as UC vo funcionar, como é que nos podemos organizar com turmas de 30 alunos, como é que vamos criar distâncias, provavelmente   necessário retirar cadeiras das salas de aula, todo um conjunto de medidas em que deveríamos estar a trabalhar. Há ainda outra logística que são as máscaras, a higiene

das salas que vai da limpeza dos computadores e das mesas ao teclado, a ventilação das salas, etc. Há medidas a tomar que devem ser acauteladas o quanto antes.

A conselheira Carolina Bártolo, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, questionou sobre a possibilidade de os exames se realizarem presencialmente quando na turma que frequenta existe um colega que assim que esta situação começou regressou à Madeira e outra colega que tem filhos.

A Presidente referiu que os alunos terão de entrar em contacto com os responsáveis das UC para poderem ser encontradas alternativas nos casos devidamente justificados.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, sublinhou que, relativamente à recomendação, seria importante explicitar que as questões a nível sanitário e de higiene não têm só a ver com o distanciamento social e os equipamentos de proteção individual, nomeadamente máscaras e gel, mas também a questão da limpeza das superfícies que a conselheira Ana Varela referiu. Em relação ao regresso às atividades presenciais, e no seguimento do que a conselheira Fernanda Bonacho afirmou, os docentes já assumiram as atividades letivas à distância e parece-lhe que retomar as aulas presencialmente pode criar confusão. Por outro lado, considera que temos de voltar todos à vida, lentamente, como nos é pedido e não sabe se será benéfico fecharmos completamente a porta a todos, até porque podemos não conseguir ajudar quem precise de regressar aos espaços da escola.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que o exame da UC de Direito da Comunicação vai ser, segundo indicação da responsável, presencial e que como a sebenta não estava disponível na altura em que as atividades presenciais foram suspensas, foi o Sr. Rui do serviço de reprografia da escola que enviou, em formato digital, os textos aos alunos. Considera que deveria ter sido encontrada outra solução porque se sentem lesados.

A conselheira Ana Jones, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que os colegas estão preocupados com o facto de o teste da UC de Comunicação e Linguagem ser em regime presencial.

A Presidente referiu que os testes e os exames que serão realizados presencialmente acontecerão desde que se cumpram todas as recomendações das autoridades de saúde competentes e as normas técnicas em vigor nesse período.

O conselheiro Carlos Andrade, representante do corpo docente do curso de mestrado em Jornalismo, sugeriu a seguinte clarificação na recomendação: "(...) As unidades curriculares que requeiram para a consecução dos objetivos de aprendizagem um contexto laboratorial poderão, nas últimas semanas do período letivo, desenvolver atividades letivas presenciais a

título absolutamente excecional, com fundamentação detalhada e desde que os responsáveis por essas UC em conjunto com os coordenadores de curso e a direção considerem que há condições para atender ao pedido. (...)". Assim, haveria uma convergência de três interpretações na avaliação das condições e só poderiam existir atividades letivas presenciais desde que as três entidades aqui convocadas concordassem.

A conselheira Madalena Costa, representante do corpo discente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que o parque de estacionamento do campus deveria ser aberto para possibilitar a todos os alunos o estacionamento e assim evitar os transportes públicos.

O conselheiro João Farmhouse, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, informou o conselho que um colega do 2º ano, David Andrade, teve a iniciativa de realizar um inquérito à comunidade escolar para auscultá-la sobre o funcionamento do 2º semestre. A iniciativa partiu do colega de 2º ano e, posteriormente, os dois representantes do curso no conselho deram o devido seguimento e acompanhamento. O inquérito foi respondido por 747 alunos. Os resultados são os seguintes: 72,2% dos inquiridos pertence ao género feminino, 27,6% ao género masculino. 27,7% são alunos do curso de RPCE, 26,5% de AM, 23,2% de PM e 18,5% de Jornalismo. 36,9% pertence a um agregado familiar de 4 pessoas, 27,4% de 3 pessoas, 15,4% de 2 pessoas e 11,2% de 5 pessoas. 59,8% afirma pertencer a um agregado familiar em que alguém faz parte do setor de risco de contração de Covid-19 e 40,2% afirmou que não. 78,3% afirmou utilizar os transportes públicos para se deslocar para a escola e 17,5% referiu utilizar transporte próprio. Numa escala de 1 a 5, 42,8% dos inquiridos avalia as aulas à distância até ao momento no ponto 4, 30,1% no ponto 3, 16,7% no ponto 5, 7,4% no ponto 2 e 2,9% no ponto 1. Relativamente ao sentimento de segurança em voltar à atividade letiva presencial, 58% situa-a no ponto 1, 26,1% no ponto 2, 10% no ponto 3, 3,9% no ponto 4 e 2% no ponto 5. 70,3% dos inquiridos considera que com a utilização do zoom não é necessária a realização de aulas presenciais e 28,8% considera que sim.

A conselheira Ana Carlota Real, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, apresentou as conclusões da análise que realizaram às três últimas perguntas (opcionais) do inquérito. Relativamente à pergunta (172 respostas) sobre as alternativas a abrir totalmente a atividade escolar que agissem como complemento das falhas que as aulas à distância trazem, destacou o uso de equipamento de proteção individual; o reforço na higiene e desinfeção da ESCS; a alteração das avaliações para UC práticas que não estão a funcionar muito bem; aulas presenciais apenas em UC práticas. Quando questionados sobre as principais preocupações relativamente à possível reabertura da ESCS (498 respostas), os inquiridos destacaram contrair o vírus e infetar familiares inseridos num grupo de risco. Sobre quais as principais preocupações relativamente as aulas à distância (390 respostas), a maior parte referiu nenhuma; aprendizagem difícil de UC práticas; falta de eficácia das aulas, falta de apoio, feedback e acompanhamento por parte dos professores; sobrecarga de trabalhos e momentos de avaliação (testes e exames).

O conselheiro Gonçalo Martins, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, manifestou preocupação pelos alunos que não estando em Portugal Continental terão de realizar exames de forma presencial.

A conselheira Beatriz Carvalho, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, questionou se a proposta de calendário escolar foi pensada também atendendo aos alunos que pretendem ir em mobilidade Erasmus. E referiu ainda que, no caso da sua turma, foi adotado o *email* de turma como meio preferencial de comunicação entre professores e alunos, até porque alguns alunos não apareciam inscritos nas UC na plataforma *Moodle* e quando contactaram o *helpdesk* da escola foram encaminhados para o *helpdesk* do IPL.

A Presidente referiu que o calendário escolar da ESCS não pode atender à diversidade de calendários escolares das universidades de destino. Reiterou que o meio preferencial para a comunicação entre professores e alunos  através da plataforma *Moodle*, até porque alunos com UC em atraso normalmente não têm acesso aos emails de turma mas, estando inscritos nas UC, recebem tudo o que é partilhado. Todos os problemas com o funcionamento do *Moodle* devem ser reportados ao *helpdesk* do IPL.

A conselheira Filipa Subtil, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, congratulou-se com a forma como as aulas têm ocorrido e com o esforço de todos os colegas e estudantes, que têm, no seu ponto de vista, demonstrado uma grande maturidade e sentido de responsabilidade. Relativamente à proposta de recomendação feita pela Presidente e Vice-presidente do conselho, agradece o esforço, mas irá votar contra. Explicou que considera a proposta muito pouco ambiciosa e claramente uma recomendação minimalista; considera que este órgão tem autonomia e permite-nos ser mais ambiciosos. Devermos avançar com as avaliações finais do semestre, para as recomendações não serem tomadas em cima do acontecimento ou  distância de uma semana ou duas. As recomendações já deveram ter indicações muito claras relativamente à forma como é que as avaliações vo funcionar, porque os estudantes e os docentes precisam de instruções muito precisas a esse respeito. Na sua opinião, as avaliações deveram ser  distância sempre que possível, com as devidas adaptações. Considera que a escola e todos os seus órgãos deveram concentrar-se no planeamento do próximo ano letivo, garantindo as melhores condições de segurança para toda a comunidade escolar.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, sugeriu a seguinte alteração  parte final da recomendação: *“Assim, deve a Escola garantir a limpeza de todos os espaços e superfícies, zelar pelas condições de distanciamento social, bem como assegurar a utilização por todos de equipamentos de proteção individual, designadamente máscaras de uso geral.”*

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, reafirmou que vai votar contra a recomendação proposta, ainda mais quando sempre que, neste conselho, se faz o balanço do funcionamento do semestre, uma das questões recorrentes são as falhas em termos de limpeza do edifício da escola, o que não deixa ninguém tranquilo. Felicitou ainda os alunos do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia pelo levantamento que realizaram.

Não havendo mais questões, nem nenhuma outra proposta de recomendação, a Presidente colocou a votação a seguinte recomendação depois de introduzidas as alterações propostas pelos conselheiros Carlos Andrade e Ana Raposo:

"O Conselho Pedagógico recomenda que as atividades letivas continuem a ser asseguradas à distância até ao fim do período letivo, ou seja, até ao dia 5 de junho. As unidades curriculares que requeiram para a consecução dos objetivos de aprendizagem um contexto laboratorial poderão, nas últimas semanas do período letivo, desenvolver atividades letivas presenciais a título absolutamente excecional, com fundamentação detalhada e desde que os responsáveis por essas UC em conjunto com os coordenadores de curso e a direção considerem que há condições para atender ao pedido. A Escola deve, para tal, assegurar todas as medidas que garantam o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde competentes e as normas técnicas em vigor, a nível sanitário e de higiene. Assim, deve a Escola garantir a limpeza de todos os espaços e superfícies, zelar pelas condições de distanciamento social, bem como assegurar a utilização por todos de equipamentos de proteção individual, designadamente máscaras de uso geral".

A recomendação foi aprovada por maioria com seis votos contra e uma abstenção e vai ser enviada à direção da escola.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, informou o conselho que tendo entrado em contacto com a coordenadora do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, Professora Ana Teresa Machado, em virtude do que a conselheira Madalena Costa referiu na última reunião em que se fez o balanço do funcionamento do 1º semestre, recebeu por escrito a resposta da coordenadora do curso que passou a ler:

"Vem a coordenação do Mestrado em Publicidade e Marketing através da sua Coordenadora Ana Teresa Machado manifestar a sua surpresa e consequente desagrado pela intervenção da delegada de turma do 1º ano do MPM, discente Madalena Costa (12147).

Não obstante parte das intervenções serem inverdades e apenas opiniões sobre factos, cabe à Coordenadora justificar perante o Conselho Pedagógico o porquê do endurecimento de atitude face à turma do 1º ano de MPM, o que ocorreu **em dois momentos ao longo do 1º semestre letivo**.

1. Falta de solidariedade da turma para com a ESCS e órgãos de governação, resistindo a todas as formas de colaboração (emails institucionais, inquéritos, participação em órgãos de gestão);

2. Atitude provocatória dando sinais de falta de ética, ao assumirem que o que escrevem nas cartas de motivação (um dos critérios de admissão/seriação ao MPM) é "pura invenção"; orgulhosos deste facto ainda perguntam se "nós acreditamos no Pai Natal???";
3. Prática de plágio em grande escala por um número significativo de alunos, algo inédito até hoje numa turma de mestrado.

Para a Coordenação do Curso estes são motivos graves o suficiente para ter endurecido a sua posição face à turma e sobre a qual se permite legitimamente ter dúvidas em particular sobre a idoneidade de alguns discentes, mas lamentavelmente em número elevado e no geral sobre a sua atuação enquanto membros da comunidade ESCS. Não basta ser bom aluno!!!


Por fim e em Comissão Pedagógica foi transmitido à Delegada e Subdelegada a pedido destas, a apreciação dos restantes docentes que em traços gerais e porque a comparação é sempre inevitável, avaliam ser uma turma mais fraca do que a do ano passado. De salientar que a Coordenação do Curso nessa reunião fez uma abordagem pedagógica dando "dicas" para melhorar a *performance* e a própria imagem da Turma.

Dito isto, a Coordenação do Curso reitera o repúdio por comportamentos desviantes dos discentes, tendo demonstrado grande benevolência ao não os ter tornado públicos e sobretudo não ter avançado com processos formais de queixa conforme regulamentado institucionalmente. Lamenta agora tê-los tornado públicos, nunca foi sua intenção, mas cumpre fazê-lo em nome do restabelecimento da verdade."

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião, assumindo o compromisso de em breve o conselho voltar a reunir para tomar decisões sobre o resto deste ano letivo e conseguir antecipar o possível em relação ao próximo ano letivo.

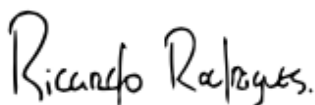
Lisboa, 21 de abril de 2020

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing*

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing*

Preâmbulo

O Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* foi aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 21 de abril de 2020 e ratificado em reunião do Conselho Técnico Científico de XX.

Artigo 1.º

Objeto

1. A Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) inclui, na sua oferta educativa, uma Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing*, em estreita parceria e articulação com a BarOgilvy.
2. O curso de Pós-Graduação foi criado para responder às necessidades de conhecimentos e aquisição de competências que acompanham a evolução de estratégias e práticas de comunicação centradas nos conteúdos e na multiplicidade de canais de comunicação emergentes.

Artigo 2.º

Destinatários

A Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* destina-se a diplomados ou profissionais nas áreas da comunicação.

Artigo 3.º

Objetivos do curso

O curso de Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* tem como objetivos:

- a) Aquisição de conhecimentos e competências sobre estratégias de *Branding* e de *Content Marketing*, na ótica da criação e reforço de ligação entre marca e consumidores;
- b) Aquisição de conhecimentos e competências sobre a gestão da comunicação e de conteúdos digitais, em particular nos *social media*;
- c) Aquisição de conhecimentos e competências na produção de conteúdos para ambientes multiplataforma;
- d) Desenvolvimento de competências no planeamento estratégico de marcas e da comunicação criativa em multiplataforma.

Artigo 4.º

Área científica

O curso de Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* está inserido na área científica de Estudos em Publicidade e Marketing.

Artigo 5.º

Duração do curso

O curso tem a duração de dois semestres letivos, correspondente a 60 (sessenta) ECTS.

Artigo 6.º

Regras sobre a admissão à Pós-Graduação

São admitidos à candidatura no Curso de Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* os candidatos que:

- a) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área da comunicação e/ou ciências empresarias, ou
- b) Sejam detentores de um currículo científico ou profissional adequado à realização desta Pós-Graduação.

Artigo 7.º

Candidatura

A candidatura será efetuada através da plataforma *online* disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificado de habilitações com a estrutura curricular, certificado com a média final de licenciatura, *Curriculum Vitae* detalhado e documento de identificação.

Artigo 8.º

CrITÉRIOS de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 6.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados, tendo em atenção os seguintes critérios:
 - a) Currículo
2. Académico
3. Científico
4. Profissional
 - a) Formação Académica
5. Nota de licenciatura
6. Outras formações
7. Adequação da formação à área da Pós-Graduação.
8. Os critérios definidos em 1.1 e em 1.2 são sempre obrigatórios.
9. A seriação de candidatos com base nos critérios definidos em 1.1. e 1.2 tem a ponderação de 50% para cada critério.
10. O processo de seleção pode ser repartido por até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

Artigo 9.º

Vagas e prazos

O número de vagas e os prazos de candidatura à Pós-Graduação serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS, sob proposta do Presidente da ESCS.

Artigo 10.º

Condições de funcionamento

A ESCS assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do programa de estudos da Pós-Graduação em *Branding e Content Marketing*, nomeadamente:

- a) Um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados;
- b) Um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes da Pós-Graduação;
- c) O desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou do desenvolvimento de atividade de natureza profissional de alto nível,
- d) Recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, biblioteca e laboratórios adequados.

Artigo 11.º

Frequência e propinas

1. A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.
2. A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares (UC) do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.
3. Da candidatura é devido emolumento, previsto na Tabela de Emolumentos do IPL em vigor. As taxas de matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente e divulgadas no edital de abertura da Pós-Graduação.
4. O aluno pode, a título excecional e devidamente justificado, requerer a suspensão da frequência do curso, retomando a frequência no ano letivo seguinte, desde que o curso de Pós-Graduação funcione.
5. A repetição da frequência de UC num ano letivo seguinte, com exceção do previsto na alínea anterior, implica o pagamento de uma propina proporcional ao número de ECTS dessas UC.

Artigo 12.º

Funcionamento

1. O curso tem a duração de 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.
2. Cada semestre corresponde a 20 (vinte) semanas, distribuídas entre o período letivo e as épocas destinadas aos exames.
3. A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.
4. As datas de início e fim dos semestres, dos períodos de férias e os momentos específicos de avaliação são fixados pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.
5. As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pelo Conselho Pedagógico e homologadas e divulgadas pelo Presidente no primeiro trimestre do ano letivo.

Artigo 13.º

Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

1. O curso é constituído por 2 (dois) semestres letivos conducentes à obtenção de 60 (sessenta) ECTS, que confere um Certificado de Pós-Graduação em *Branding e Content Marketing*.
2. A estrutura do curso é composta por 8 (oito) unidades curriculares obrigatórias e 4 (quatro) opcionais.
3. A estrutura curricular do curso, em termos de ECTS por Área Científica, é a seguinte:

Área Científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	30	5 a 20
Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	0	0 a 10
Ciências Sociais	CS	10	0 a 5
TOTAL:		40	20

Artigo 14.º

Avaliação

Ponto Prévio: Só serão admitidos em exame os estudantes inscritos. Esta inscrição, com exceção dos exames de época normal, terá de ser efetuada até ao 3º dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Além disso, os estudantes deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

1. A avaliação de cada unidade curricular é expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.
2. Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:
 - a) Avaliação contínua;
 - b) Avaliação periódica
 - c) Avaliação por exame.
3. Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.
4. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excepcionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.
5. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.
6. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:
 - a) Advertência;
 - b) Suspensão temporária.
7. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

Artigo 15.º

Avaliação contínua

1. Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.
2. No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados, na ficha de unidade curricular, todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.
3. No regime de avaliação contínua deve existir, pelo menos, uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40%.
4. A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até ao último dia da época normal de exames.
5. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

Artigo 16.º

Avaliação periódica

1. Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do semestre.
2. A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.-

3. Deve existir, pelo menos, uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60%.
4. Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste. Neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer 15 (quinze) dias antes do final do período letivo.
5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame da unidade curricular na época de recurso.
6. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

Artigo 17.º

Avaliação por exame

1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.
2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.
3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.
4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.
5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização do exame.
6. A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.
7. Têm acesso à época normal de exames:
 - a) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
 - b) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre
8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:
 - a) Não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 15.º, 16.º e 17.º deste Regulamento;
 - b) Pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.
9. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
10. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.
11. Têm acesso à época especial os estudantes:
 - a) Com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;
 - b) Que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso.
12. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
13. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

Artigo 18.º

Consulta de provas escritas

1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
2. Em caso de consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Artigo 19.º

Revisão de provas escritas

1. Atendendo à natureza da avaliação contínua, que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas escritas de exame e de avaliação periódica.
2. O pedido de revisão é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias úteis após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido será fornecida ao estudante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova de exame e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar, por escrito, em impresso fornecido pelos Serviços Académicos, a fundamentação do pedido de revisão de provas escritas.
3. O pedido será enviado ao coordenador da secção (e dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular) onde se insere a unidade curricular, que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas escritas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.
4. O docente responsável pela revisão de prova escrita informa o coordenador de secção sobre o resultado do pedido de revisão da prova escrita e o coordenador de secção envia o resultado aos Serviços Académicos.
5. O resultado da revisão de provas escritas será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante, coordenador de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.
6. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
7. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.
8. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 20.º

Recurso da revisão de provas escritas

1. O recurso da revisão de provas escritas, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.
2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição

de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na lecionação da unidade curricular ou na revisão da nota.

3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 21.º

Trabalhador-Estudante

1. Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:
 - a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
 - b) Trabalhadores por conta própria;
 - c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a 6 (seis) meses.
2. O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números seguintes.
3. A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:
 - 3.1. Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:
 - a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
 - b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.
 - c) O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.
 - 3.2. Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:
 - a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.
 - 3.3. Se trabalhador por conta própria:
 - a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
 - b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.
 - 3.4. Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:
 - a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da

- formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.
4. Os documentos mencionados nos números 3.1, 3.2 e 3.3 devem ter data igual ou inferior a 30 dias.
 5. Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:
 - a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
 - b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 3.
 6. O trabalhador-estudante não está sujeito:
 - a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
 - b) Ao regime de prescrição;
 - c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua ou periódica;
 - d) Normas que limitem o número de exames a realizar nas épocas de recurso e especial.
 7. Os estudantes com Estatuto de Trabalhador-Estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.
 8. Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.
 9. Nos casos das unidades curriculares que se revistam de carácter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.
 10. O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar nas épocas de recurso e especial.
 11. As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 22.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica-se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, "Regime Jurídico do Associativismo Jovem", aos estudantes da ESCS que sejam dirigentes da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas.
2. A Associação de Estudantes deverá indicar, ao Presidente da ESCS, os estudantes/ dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos, documento comprovativo da sua tomada de posse.
3. A suspensão, cessação ou perda de mandado do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.
4. O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:
 - a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;

- b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.
5. A relevação das faltas depende da sua comunicação ao Presidente da ESCS, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 4.
 6. Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.
 7. O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.
 8. O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:
 - a) Requerer exame na época especial a 2 (duas) unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
 - b) Requerer até 5 (cinco) exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de 2 (dois) por unidade curricular;
 - c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva unidade orgânica.
 9. Os direitos conferidos neste artigo podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.
 10. Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame.
 11. Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 8, devem efetuar o requerimento até ao dia 21 (vinte e um) do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.
 12. Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.
 13. O acesso a exames previstos no n.º 8 só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.
 14. Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de ECTS já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.
 15. Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.
 16. Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o término da assembleia geral.
 17. Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente artigo.
 18. Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente artigo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente/Diretor da respetiva unidade orgânica, atendendo à natureza do

organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.

19. As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pelo presente artigo aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.
20. Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.
21. Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.
22. No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 23.º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:
 - a) Estatuto de parturiente;
 - b) Estatuto de mães e pais estudantes;
 - c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
 - d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
 - e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;
 - f) Estatuto de estudantes investigadores;
 - g) Estatuto de estudante portador de deficiência;
 - h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
 - i) Estatuto de estudante bombeiro;
 - j) Estatuto de estudante voluntário.
2. Aos estudantes mencionados no número anterior aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 24.º

Processo de atribuição da classificação da Pós-Graduação

1. No certificado de Pós-Graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).
2. A classificação final do certificado de Pós-Graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 60 (sessenta) ECTS.

Artigo 25.º

Prazos de emissão do certificado

A emissão do certificado final do curso será feita no prazo de 20 (vinte) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias úteis.

Artigo 26.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do curso de Pós-Graduação é da responsabilidade do Conselho Técnico Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 27.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

Anexo 2

Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* para o Ano Letivo 2020/2021 e Anos Letivos seguintes

Regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações da Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing* para o Ano Letivo 2020/2021 e Anos Letivos seguintes

O presente regulamento de Transição Curricular e Plano de Creditações aplica-se à alteração do Plano de Estudos do curso de Pós-Graduação em *Branding* e *Content Marketing*.

As normas de transição, entre o antigo e o novo plano de estudos, decorrentes da alteração, são fixadas pelos órgãos competentes da ESCS – Conselho Pedagógico e Conselho Técnico Científico.

O processo de creditações, englobando os dois planos de estudo, considera o regime adotado na Declaração de Bolonha relativamente ao sistema de créditos académicos que delinea o volume de trabalho a efetuar pelo aluno através de um valor numérico atribuído a cada unidade curricular.

Consideram-se creditações diretas quando há correspondência entre unidades curriculares que pertencem à mesma área científica e creditações indiretas as que não pertencem à mesma área científica.

Artigo 1º

1. O novo plano de estudos e o plano de creditações iniciam-se no ano letivo 2020-2021.
2. No novo plano de estudos matriculam-se todos os alunos do 1º ano.
3. Os alunos que reingressarem, após suspensão da matrícula, serão colocados no respetivo semestre curricular do novo plano de estudo em função das normas definidas neste Regulamento, após as creditações que lhes forem concedidas.
4. Os alunos aprovados em unidades curriculares do antigo plano de estudos têm a possibilidade de efetuar inscrição para melhoria de nota às unidades curriculares, de acordo com o respetivo Regime de Frequência e Avaliação.

Artigo 2º

Os casos omissos no presente Regulamento serão analisados pela Comissão de Creditações, mediante proposta da Coordenação de Curso.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor depois de aprovado em Conselho Pedagógico e Conselho Técnico Científico e homologado pelo Presidente da ESCS.

Anexo

Plano de Creditações a conceder no âmbito da alteração ao plano de estudos

As creditações omissas neste Plano ficam sujeitas à análise e decisão da Comissão de Creditações, mediante proposta da Coordenação do Curso.

Plano de Estudos Antigo			Plano de Estudos Atual		
Unidade Curricular	Área Cient.	ECTS	Unidade Curricular	Área Cient.	ECTS
Brand Strategy	EPM	5	Brand Strategy	EPM	5
Content Marketing	EPM	5	Content Marketing	EPM	5
Plataformas Digitais de Comunicação	EPM	5	Social Media Strategy	EPM	5
Metodologia e Research	CS	5	Metodologia e Research	CS	5
Inovação, Tecnologia e Sociedade	CS	5	Inovação, Tecnologia e Sociedade	CS	5
Criatividade e Storytelling	EPM	5	Criatividade e Storytelling	EPM	5
Marcas e Modelos de Negócio Online	EPM	5	Opcional em EPM	EPM	5
Digital Marketing Strategy & Planning	EPM	5	Digital Brand Performance	EPM	5
Brand Design	EPM	5	Branding & Design	EPM	5
Brand Video Content	EPM	5	Opcional em EPM	EPM	5
Fotografia Publicitária	EPM	5	Opcional em EPM	EPM	5
Brand Copywriting	EPM	5	Opcional em EPM	EPM	5
Conceitos Estéticos de Som	EAM	5	Opcional em EAM	EAM	5
Novos Consumidores, Novos Consumos	CS	5	Opcional em CS	CS	5
User Experience Design	EAM	5	Opcional em EAM	EAM	5
Ativação de Marcas	EPM	5	Opcional em EPM	EPM	5
Brand Editorial Content	EPM	5	Opcional em EPM	EPM	5

Regulamento aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 21 de abril de 2020 e em reunião de Conselho Técnico Científico de XX.

Anexo 3
Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais - Proposta
de alteração

Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais

Proposta de alteração

Ano letivo 2020-2021

Contexto e objetivos

No sentido de dar continuidade e expandir o seu projeto educativo, a ESCS reformulou o seu anterior curso de Pós-Graduação em **Indústrias Criativas: Estratégias, Políticas e Empreendedorismo**, passando a dar-lhe, no ano letivo de 2019-2020, a designação de **Indústrias Criativas e Culturais**.

O intuito desta iniciativa reflete um dos eixos estratégicos da Escola – a aproximação ao mundo empresarial – e das políticas públicas relacionadas com o setor criativo e cultural, combinando, numa única oferta formativa, as dimensões teórica/concetual e prática/experimental.

Coordenador do curso

José Cavaleiro Rodrigues

Subcoordenador do curso

Paulo Faustino

Comissão Técnico-Científica do Curso

Nacional

José Cavaleiro Rodrigues

Paulo Faustino

Pedro Jorge Braumann

Internacional

Terry Flew (Queensland University)

Robert Picard (University of Oxford)

Corpo docente

O curso é lecionado por docentes da ESCS e especialistas convidados de reconhecido mérito.

Duração e ECTS do curso

O curso tem a duração 240 horas e 40 ETCS.

Objetivos gerais do curso

O curso de Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais tem como objetivos **gerais**:

- Proporcionar formação integrada e compreensão crítica das indústrias criativas e culturais, para os discentes que procuram um percurso profissional nas artes ou indústrias criativas e culturais;
- Apoiar a qualificação de profissionais que desejam aprofundar os seus conhecimentos e perspetivas de carreira no setor criativo e cultural, assim como adoção de uma atitude empreendedora para a criação de projetos e negócios na área;
- Preparar os discentes para aprofundamento da investigação académica, combinada com uma vertente prática e aplicada, na área das indústrias criativas e culturais, nomeadamente em futuros programas de mestrado ou doutoramento.

O curso tem como objetivos mais **específicos** garantir aos alunos competências fundamentais e aplicadas, que lhes permitam:

- Aprofundar conhecimentos sobre Indústrias Criativas e Culturais, desenvolvendo componentes aplicadas de Estratégias, Políticas e Empreendedorismo, numa perspetiva interdisciplinar;

- Desenvolver a capacidade de análise da realidade das Indústrias Criativas e Culturais, das suas transformações e tendências, particularmente nas redes digitais (Internet, dispositivos móveis, redes sociais, etc.);
- Desenvolver projetos e produtos no sector das Indústrias Criativas e Culturais, criando competências no âmbito da criação e gestão de projetos, negócios e empresas;
- Conhecer e identificar fontes de informação e oportunidades para apresentar projetos, nomeadamente nos principais programas públicos nacionais, europeus e internacionais de apoio às indústrias criativas e culturais;
- Estimular o desenvolvimento de uma visão integrada e completa do setor das Indústrias Criativas e Culturais, incluindo oportunidades e ameaças, assim como a compreensão geral dos fatores de competitividade presentes no setor;
- Experimentar casos práticos aplicados, integrando a área criativa e cultural com os modelos de negócio, as políticas comerciais, as estratégias de gestão, as fontes de financiamento, de forma a estimular uma atitude empreendedora.

Destinatários

O curso está concebido para interessar a um potencial conjunto de públicos, oriundos de diferentes áreas e com diferentes perfis:

- Técnicos de entidades públicas ligadas à atividade criativa e cultural, a nível nacional, regional e local;
- Técnicos de empresas e organizações privadas (responsáveis de projetos, dirigentes e colaboradores ativos em negócios da área);
- Produtores de conteúdos e animadores, ligados às indústrias criativas e culturais;
- Profissionais com interesse pelas políticas públicas, pelo empreendedorismo criativo e pelo desenvolvimento regional e local;
- Empresários, trabalhadores e empreendedores que direta ou indiretamente estejam envolvidos em organizações que produzam e comercializem produtos ou serviços relacionados com o setor criativo e cultural;
- Públicos que pretendam, pela via académica e profissionalizante, adquirir ou reforçar os conhecimentos sobre aspetos teóricos e práticos de funcionamento e desenvolvimento das indústrias criativas e culturais.

Reformulação do Curso

A Comissão Técnico-Científica tem vindo a desenvolver, ao longo deste ano letivo, um processo de reflexão e de avaliação de oportunidades de melhoria do curso, de forma a melhor responder no futuro aos seus objetivos gerais, tendo concluído que seria adequado:

- Alterar o plano de estudos, passando de 2 períodos (10 semanas X 2 períodos = 20 semanas) para 2 semestres (15 X 2 semanas = 30 semanas), de acordo com a matriz habitual das restantes pós-graduações da ESCS, assegurando novas competências a serem desenvolvidas pelos discentes e uma desejável cooperação mais estreita com a indústria;
- Garantir uma maior aproximação à realidade do setor, promovendo uma maior integração entre unidades curriculares e alargando os conteúdos ministrados;
- Potencializar acordos futuros com empresas ou instituições do setor;
- Garantir aos alunos que já são profissionais, a maioria, a redução das aulas para 2 dias por semana, assegurando mais tempo para trabalharem em novos projetos inovadores durante o curso, mas também não sobrecarregando a carga letiva e contribuindo para minimizar a necessidade de novas contratações de docentes;
- Assegurar mais proveitos para a ESCS, aumentando ligeiramente o valor das propinas pagas pelos alunos.

Funcionamento do Curso

O Curso será composto por 2 (dois) semestres letivos, cada período com 15 (quinze) semanas, numa duração total de 30 (trinta) semanas.

As aulas decorrerão em 2 (dois) dias por semana, entre as 18:30 e as 22:30.

Vagas

25

Propinas (acrescidas de taxa de inscrição)

- 1.600€ (público em geral)
- 1.280€ (professores da ESCS, alunos e ex-alunos da ESCS e colaboradores dos parceiros institucionais do curso de pós-graduação)

Candidaturas

As candidaturas decorrem a partir de maio.

Entrada em vigor do novo plano de estudos

Setembro de 2020

ESTRUTURA CURRICULAR

	Unidades Curriculares	Área Científica	Carga Horária	ECTS	Total ----- Horas de trabalho Contacto	Observações
1º SEMESTRE						
<u>1</u>	Empreendedorismo, Inovação e Modelos de Negócio (Responsável: Paulo Faustino)	CS	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório
<u>2</u>	Economia, Indústrias Criativas e Desenvolvimento (Responsável: Pedro Jorge Braumann)	CS	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório
<u>3</u>	Direitos de Autor, Direitos Conexos e Regime das Marcas (Responsável: João Pedro Figueiredo)	CS	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório
<u>4</u>	Indústrias Criativas e Políticas Públicas (Responsável: Maria João Centeno)	CS	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório
2º SEMESTRE						
<u>5</u>	Produção e Gestão de Projetos Criativos e Digitais (Responsável: Paulo Faustino)	CS	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório
<u>6</u>	Marketing, Comunicação de Organizações e Produtos Criativos (Responsável: João Rosário)	EPM	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório

7	Modelos e Técnicas de Criatividade (Responsável: Helena Pina)	EPM	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório
8	Metodologias de Investigação e Interação com a Indústria e Comunidade Cultural (Responsável: José Cavaleiro Rodrigues)	CS	30	5	140 T: 20; TP: 10	Obrigatório
			240	40		

Áreas científicas e ECTS que devem ser reunidos para a obtenção do diploma de Pós-Graduação em Indústrias Criativas e Culturais:

Área Científica	Sigla	ECTS Obrigatórios
Ciências Sociais	CS	30
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	10
Total		40

PLANO DE ESTUDOS

1º SEMESTRE

Empreendedorismo, Inovação e Modelos de Negócio

Nesta unidade curricular o foco será a inovação e criatividade na gestão e modelos de negócio, nomeadamente: a identificação de ideias de negócio e oportunidades; transformar ideias em capital intelectual e económico; o processo criativo, inovação incremental e radical, transformação e digitalização de empresas existentes; a natureza do processo criativo e barreiras à criatividade. Outro tema central será o empreendedorismo, especialmente: as características de um empreendedor; as ferramentas e apoios nacionais, europeus e internacionais; as necessidades do consumidor, financiamento e angariação de recursos, o planeamento estratégico e o modelo de negócio, entre outros.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

Paulo Faustino

Economia, Indústrias Criativas e Desenvolvimento

A cultura digital: revolução digital, mudanças socioeconómicas, redes sociais e Web 2.0, a revolução tecnológica, a compreensão básica da tecnologia e a Economia da Internet. Economia criativa: história e definições da economia criativa e das indústrias criativas; o papel da tecnologia; o conceito de economia criativa e a sociedade do conhecimento. Desenvolvimento Regional e Local. O mercado global e local. Regiões Criativas e Cidades Inteligentes: conceptualização, contexto nacional e exemplos internacionais e transnacionais.

Gestão empresarial e desenvolvimento de projetos e de planos de negócios no âmbito das indústrias criativas e culturais.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

Pedro Jorge Braumann

Direitos de Autor, Direitos Conexos e Regime das Marcas

Natureza do Direito de Autor: história e conceptualização, o sistema anglo-saxónico e o sistema continental, conceito e referências legais. Âmbito de proteção do direito de autor: finalidade e objeto, conceito de obra, condições de proteção, exclusão da proteção. O conteúdo do direito de autor: faculdades pessoais e patrimoniais, autorização de utilização, utilizações livres, licenças obrigatórias. Titularidade e duração do direito de autor. Das utilizações em especial. Direitos conexos: prestações dos executantes, produtores e radiodifusores. Utilizações abusivas: usurpação e contrafação. Propriedade industrial: função (âmbito e efeitos), as marcas, Os logótipos. Infrações à propriedade industrial.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

João Pedro Figueiredo

Indústrias Criativas e Políticas Públicas

Pretende-se analisar e mapear as políticas públicas do setor das Indústrias Culturais e Criativas. Será também prestada especial atenção à política cultural e à investigação, nomeadamente a importância das Indústrias Criativas no panorama cultural, os contextos nacional e internacional do setor, a política europeia e os programas da Comissão Europeia e o valor social das Indústrias Culturais e Criativas.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

Maria João Centeno

2º SEMESTRE**Produção e Gestão de Projetos Criativos e Digitais**

Esta unidade curricular visa, numa perspetiva de aproximação à realidade setorial, fazer um acompanhamento de projetos individuais ou em grupo (tutoria), análise de estudos de caso que permitam aplicar uma observação e abordagem prática ao nível concretização e avaliação de ideias e negócios, incluindo o lançamento de produtos e serviços criativos e digitais. A partilha de experiências dos alunos com especialistas e outros profissionais de referência do setor criativo merecerá especial atenção, através da realização de seminários e visitas de estudo a instituições relevantes da área cultural e criativa, incluindo organizações e empresas de media.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

Paulo Faustino

Marketing, Comunicação de Organizações e Produtos Criativos

Nesta unidade curricular, serão abordados os fundamentos de marketing, nomeadamente: a Identificação e captação da audiência; o marketing estratégico; o marketing digital; o marketing relacional; o marketing internacional; o comportamento do consumidor e o marketing específico aplicado aos produtos criativos e culturais. Por seu lado, a vertente da comunicação será igualmente analisada, desde os seus conceitos basilares de comunicação, até outros temas atuais, como a comunicação global interna e externa, as redes sociais, os media e as relações públicas, e o content branding (marca através de conteúdos).

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

João Rosário

Modelos e Técnicas de Criatividade

O objetivo da UC é que, individualmente e em contexto colaborativo, os estudantes possam desenvolver capacidades para explorar os processos criativos, orientando-os para os desafios do setor e da sua comunicação estratégica com os diferentes públicos. Neste sentido, são apresentadas as modernas abordagens e conceitos fundamentais da criatividade aplicada; a especificidade da criação aplicada, orientada e estratégica; os processos criativos e suas etapas; as formas de pensamento convergentes e divergentes e as diversas ferramentas de estimulação da criatividade aplicada, seus objetivos e operacionalização. Exercícios práticos disruptivos, de treino e aplicação, bem como projetos integrados no contexto profissional, são parte fundamental dos processos de aprendizagem.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

Helena Pina

Metodologias de Investigação e Interação com a Indústria e Comunidade Cultural

Esta unidade curricular combina, numa lógica de complementaridade, abordagens teóricas e práticas fundamentais ao nível da recolha e análise de informação associadas às atividades do setor criativo. Pretende-se, recorrendo às técnicas de métodos de investigação científica, preparar os formandos para desenvolverem capacidades críticas, conceptuais e práticas que permitam não só criar instrumentos de procura de dados, como também a sua compreensão, aplicação e utilidade para iniciativas e negócios criativos. Neste contexto, também será apresentada informação relevante, sobre a conceção, planeamento e desenvolvimento de projetos, bem como dados estatísticos, estudos de casos, técnicas de benchmark, para identificar oportunidades de mercado no setor criativo e cultural. Haverá intervenções académicos de profissionais, especialistas e empresários da área das indústrias criativas e culturais, pretendendo abordar diferentes áreas temáticas consideradas relevantes, como as mutações de mercado e o empreendedorismo.

PROFESSOR RESPONSÁVEL:

José Cavaleiro Rodrigues

Lisboa, 8 de abril de 2020

Anexo 4

Calendário Escolar para o ano letivo 2020-21

Calendário escolar ano letivo 2020-2021

LICENCIATURAS, MESTRADOS e Pós-graduações	
1º SEMESTRE	6 de outubro a 5 de março
Período letivo (14 semanas) *	6 de outubro a 22 de janeiro
Semana intercalar (aulas de dúvidas) **	25 de janeiro a 29 de janeiro
Exames Época Normal do 1º Semestre	1 de fevereiro a 12 de fevereiro
Exames Época de Recurso do 1º Semestre	22 de fevereiro a 5 de março
2º SEMESTRE	8 de março a 30 de julho
Período letivo (14 semanas) ***	8 de março a 18 de junho
Semana intercalar (aulas de dúvidas) **	21 de junho a 25 de junho
Exames Época Normal do 2º Semestre	28 de junho a 9 de julho
Exames Época de Recurso do 2º Semestre	19 a 30 de julho
Época Especial (Finalistas e Trabalhadores- Estudantes)	1 a 14 de setembro
<p>* Na semana de 25 a 29 de janeiro, só podem ocorrer momentos de avaliação nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua.</p> <p>** Semana destinada unicamente a aulas de dúvidas, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica ou de avaliação por exame.</p> <p>*** Na semana de 21 a 25 de junho, só podem ocorrer momentos de avaliação nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua.</p>	

INTERRUPÇÕES	
Férias de Natal	21 a 31 de dezembro
Férias da Páscoa	29 de março a 1 de abril

Anexo 5

Orientações para o ensino à distância e avaliação das UC

Orientações para o ensino à distância e avaliação das UC

Direção e Conselho Pedagógico

21 abril 2020

Com a suspensão das atividades letivas presenciais e a renovação da declaração do estado de emergência, a ESCS mantém a modalidade de ensino à distância, podendo ser necessário adaptar a avaliação das UC previamente definida, para que todos os estudantes possam concluir com aproveitamento o 2.º semestre do ano letivo 2019-20.

Recomendações gerais

- Neste contexto, recomenda-se para garantir um ensino de proximidade e adaptado às medidas excecionais:
- As práticas de ensino à distância de acordo com os objetivos de aprendizagem e os conteúdos programáticos das UC, podendo assumir modalidades síncronas e/ou assíncronas e utilizando preferencialmente o email institucional, as plataformas Moodle e/ou Colibri/Zoom.
- Assegurar, sempre que possível, as horas de contato previstas.
- As atividades letivas síncronas nos horários estabelecidos para cada turma, evitando sobreposições.
- A comunicação por escrito nos diferentes canais (e.g. email institucional, Moodle) para que chegue a todos os estudantes.
- Caso tenham sido realizadas alterações à FUC (conteúdos programáticos e/ou formas de avaliação), a divulgação aos estudantes através da plataforma Moodle e às coordenações de curso por *email*. É importante garantir que são explicitados as formas de avaliação, os períodos de realização de cada tarefa e os prazos de entrega.
- A não reprovação por ausência nas atividades letivas síncronas. Os docentes podem registar a participação/não participação nas atividades síncronas e/ou assíncronas, como forma de gestão das atividades planeadas.

- Adaptar, sempre que possível, a componente laboratorial ou prática das UC a trabalhos de simulação ou outro tipo de trabalhos com discussão/apresentação final via plataforma Colibri/Zoom ou outras plataformas de videoconferência.

Avaliação das UC

As alterações nos procedimentos de avaliação podem incidir sobre:

- a tipologia das formas de avaliação;
- o número de momentos de avaliação;
- a ponderação de cada momento na classificação final.

As formas de avaliação podem ser alteradas, sendo possível realizar:

- Testes *online* (orais e/ou escritos)
- Trabalhos escritos (individuais ou em grupo) na modalidade de casos, relatórios, projetos, revisão da literatura e recensões a entregar via *email* e/ou plataforma Moodle.
- Apresentações orais e/ou debates através da plataforma Colibri/Zoom ou outras plataformas de videoconferência.

Testes online

Se se optar pela realização de testes online, recomenda-se:

- A utilização da plataforma Moodle;
- Adequar as perguntas a este contexto e prática;
- Complementar os testes online com outras formas de avaliação que permitam avaliar os objetivos de aprendizagem que não conseguem ser avaliados através dos testes online.
- Os testes *online* podem assumir diversas estruturas, por exemplo:
 - Testes de resposta aberta (desenvolvimento)
 - Testes com respostas de escolha múltipla

Testes com respostas de escolha múltipla

- O teste com respostas de escolha múltipla é composto, habitualmente, por um enunciado com instruções claras e onde é apresentado um problema ou uma pergunta, seguido de um conjunto de opções ou alternativas de resposta, existindo, para esse efeito, apenas uma resposta correta.
- As opções podem variar, habitualmente, entre 3 a 5 respostas.

Prevenção de infrações

Não havendo mecanismos que assegurem que não são cometidas infrações em testes não presenciais em ambientes não controlados, para minimizar este risco, recomenda-se:

- Introduzir uma variável imprevisível para tornar aleatória a apresentação das perguntas, para que a cada estudante seja apresentada uma ordem diferenciada de perguntas.
- Perguntas com níveis de complexidade moderada (por exemplo, em torno da resolução de problemas) que aumentem a possibilidade de soluções rápidas.
- Os testes serem efetuados, sempre que possível, com a câmara dos computadores ou outros dispositivos usados pelos estudantes ligada.
- Tempo máximo para a realização do teste mais reduzido.

Calendário Escolar

O Calendário Escolar foi atualizado e mantêm-se as épocas de exame previstas nos Regulamentos de Frequência e Avaliação. Estas épocas poderão ser reorganizadas dependendo da evolução da situação, garantindo-se atempadamente a comunicação das alterações.

Fontes consultadas:

Advice to those about to teach online because of the corona-virus

<https://www.tonybates.ca/2020/03/09/advice-to-those-about-to-teach-online-because-of-the-corona-virus/?fbclid=IwAR16lQ6lDngQtnUxjr8JGjxeYU-g8OXJJVGBFcpRrWw9G34lCSbWvPLQZfs>

Bates, A. W. T (2019) (2ª Ed.). Teaching in a digital age. Guidelines for designing teaching and learning. eBook:

<https://pressbooks.bccampus.ca/teachinginadigitalagev2/>

Construção de Perguntas e Testes de Escolha Múltipla, Universidade de Coimbra

https://www.uc.pt/fmuc/DocumentosHomepage/2017/Outubro/Guiao_para_Construcao_de_Perguntas_e_Testes_de_Escolha_Multipla_CPedagogico_Vs_2_jun2017.pdf

Costa, C. (2020). Pedagogical approaches for learning on the digital: ideas for teaching online

<https://www.youtube.com/watch?v=APAMfyUbfQA&t=5s>

Kits de aprendizagem INCode.2030

<https://www.incode2030.gov.pt/kits-de-aprendizagem>

Politécnico do Porto / e-Learning e Inovação Pedagógica

<https://e-ipp.ipp.pt/>

Universidad de Extremadura online

<http://online.unex.es/>

Webinar E-learning (3 abril 2020)

Paula Peres, coordenadora da unidade de E-learning e inovação pedagógica do Politécnico do Porto.